

## GRUPO DE TRABAJO DE CLACSO



### LA ESPACIALIDAD CRÍTICA EN EL PENSAMIENTO POLÍTICO-SOCIAL LATINOAMERICANO: NUEVAS GRAMÁTICAS DE PODER, TERRITORIALIDADES EN TENSIÓN

---

Tem dias que a gente se sente  
como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente  
ou foi o mundo então que cresceu  
A gente quer ter voz ativa  
no nosso destino mandar  
mas eis que chega a roda-viva  
e carrega o destino pra lá

Roda Viva, Chico Buarque

Menos de 40 anos após a queda do ditadura militar vêmo-nos forçados a denunciar que ocorre hoje no Brasil uma tentativa de tomada de poder carregada de características profundamente anti-democráticas. Diante disso, por meio deste documento, nos unimos as vozes que exigem o máximo respeito a um mandato legitimado por voto popular, fundamento maior de qualquer ordem que se pretende democrática. Denunciamos de mãos dadas aos movimentos sociais populares do Brasil uma ação capitaneada por seguimentos da elite brasileira que, diante de um momento de crise econômica e política, procuram subverter a ordem legal com o objetivo de ocupar a presidência da república

sem passar pelo escrutínio das urnas. Este ato de violência a vontade de 54 milhões de brasileiros ocorre por meio de um processo de impeachment sem fundamento legal, nem crime de responsabilidade e é conduzido por figuras públicas sobre as quais abundam denúncias e comprovações de corrupção. Este quadro revela, com clareza, que nos encontramos diante de uma tentativa golpe que atinge não somente um governo legitimamente estabelecido, mas a ordem democrática em si.

Como cientistas sociais, sabemos que nós Latino-americanos estamos mais habituados a tais violências do que gostaríamos de estar. Tal fenômeno não ocorre por vivermos entre povos que carecem de desejo democrático, pelo contrário, a vontade de libertação habitamos fortemente e está evidenciada em nossas músicas, letras e lutas. Mesmo assim, sabemos pelas marcas de nossa história que qualquer respiro libertário não tarda a se tornar vítima preferencial da violência dos grupos hegemônicos de nossas sociedades. São justamente os seguimentos sociais que se sentem ameaçados por qualquer grau, menor que seja, de transformação de nossas sociedades que hoje procuram impor uma derrota a um mandato garantido pelo voto popular no Brasil. Aos que se dedicam ao estudo de nossas histórias, esse fenômeno não pode ser visto como surpreendente. Já faz parte, infelizmente, da construção do espaço de experiência social latino-americano a imposição da hegemonia por meio do sacrifício da ordem democrática. No entanto, reconhecer tal padrão histórico e a narrativa autoritária de nossas elites econômicas e políticas não nos encaminha para um estado conformação, mas, pelo contrário, compele a nós cientistas sociais a reagir diante da injustiça e denunciar tais atos de violência institucional e social. Assim, afirmamos que o movimento em curso tem como único fim conduzir à força os grupos mais conservadores no Brasil ao poder - lugar que não conseguem alcançar por meio do voto popular. Diante deste cenário não nos resta alternativa a não ser levantar nossas vozes e nos posicionar ao lado das forças democráticas.

Não descartamos a importância de uma profunda avaliação dos erros e acertos dos governos do Partido dos Trabalhadores, mas, hoje escrevemos para denunciar a incapacidade das elites tradicionais do Brasil em lidar com caminhos políticos que ameacem a sua hegemonia. Por meio de associações patronais, como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), da grande mídia corporativa e dos grupos políticos tradicionais, quer-se impor um golpe de Estado no Brasil, evidenciando a crença da elite nacional de que a sociedade faz parte do rol de suas propriedades. As elites locais brasileiras, inspiradas pelo que ocorreu no Paraguai e em Honduras, buscam usurpar a Presidência da República, por meio de um processo legal desvirtuado, que usa os instrumentos do Estado de Direito para violentar seu próprio fundamento -a autodeterminação pelo voto popular. Somado a esta violência política, testemunhamos a emergência de discursos que há muito só habitavam a escuridão dos cantos mais tenebrosos da sociedade. Nas falas dos deputados brasileiros coniventes com o golpe em andamento assistimos, junto a violação do princípio democrático do mandato popular, discursos de apologia à violência contra as mulheres, à homofobia, o elogio à tortura, ao racismo; ou seja, o velho desejo reacionário de apagamento das diferenças e de submissão totalitária da sociedade às vontades das elites econômicas.

O cenário que se desvela hoje no Brasil não pode ser visto de forma isolada, mas, sim, como parte de quadro internacional mais amplo. Após um período de predominância de governos progressistas de diversas matizes pela América-Latina, responsáveis por importantes avanços sociais, vivemos uma contra-ofensiva conservadora. Os acontecimentos que se desenvolvem atualmente no Brasil são parte deste movimento amplo, como demonstra o plano de governo já divulgado pelas forças que apoiam o golpe contra o governo de Dilma Rousseff. Nos encontramos portanto, diante de uma ameaça concreta que afeta a toda nossa região e os avanços conquistados ao longo deste período. A reintrodução das políticas excludentes do neoliberalismo, em prejuízo aos grupos mais vulneráveis, deve ser denunciada, especialmente quando se impõem de forma anti-democrática.

Os movimentos sociais populares, de todas as ordens e origens, se levantam hoje como a ultima trincheira de defesa da democracia -ainda que reconhecamos a forma enfraquecida na qual esta se encontra no Brasil. Mesmo diante de um governo que tantas vezes se mostrou insensível às causas progressistas mais profundas; que implementou uma lei anti-terrorismo que pode servir de caminho para a criminalização dos próprios movimentos sociais brasileiros; que atuou timidamente na expansão da agenda social defendida pelos povos tradicionais, e que apostou, de forma acrítica, em um modelo de desenvolvimento ambiental insustentável, é preciso se insurgir pela manutenção do mandato popular que lhes foi conferido. Nos somamos à grandeza dos que são capazes de reconhecer a importância maior da manutenção de uma condição democrática mínima, pois sem esta, só resta -como afirma a Presidenta Dilma Rousseff - a tirania.

É de mãos dadas com estes movimentos que nos juntamos à luta contra a injustiça e nos colocamos ao lado daqueles que hoje se insurgem contra a roda viva da violência social, política e econômica que procura se impor ao Brasil.

### **Investigadoras e investigadores miembros del Grupo de Trabajo CLACSO**

#### **y Programa de Investigación CEA-UNC:**

### **LA ESPACIALIDAD CRÍTICA EN EL PENSAMIENTO POLÍTICO-SOCIAL LATINOAMERICANO: NUEVAS GRAMÁTICAS DE PODER, TERRITORIALIDADES EN TENSION.**

#### **Nombre e Institución**

Marcela Rosales | Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Zenaida Garay Reyna | Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Rogério Gimenes Giugliano | Universidade de Brasília, Brasil

Pablo Uc | CESMECA, México

Mariana López de la Vega | UNAM, México

Luis Ventura Fernández | UCM, Madrid, España

Andrés Mauricio Aunta Peña | Pontificia Universidad Javeriana, Colombia

Lorena Antezana Barrios | Universidad de Chile, Chile

Mariana Solano Umanzor | Universidad Nacional de Costa Rica

Carla Acosta Navarro | Pontificia Universidad Católica, Perú

Silvana Suárez | Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Facundo Martin | Universidad Nacional de Cuyo, Argentina

Claudio Monge Hernández | Universidad Nacional de Costa Rica

Daniel López | Fundación Saltamérica, Salta, Argentina

Carla Eleonora Pedrazzani | Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Santiago Llorens | Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Mariela Analía Pistarelli | Universidad Nacional de Catamarca, Argentina

Roy Rodríguez Nazer | FLACSO | Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Nadia Irigo | Universidad Nacional de Córdoba, Argentina